

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ – CONERH

Aos 30 dias do mês de outubro de 2001, foi realizada no Auditório da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, situada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – edifício da SEDUC – Cambéa em Fortaleza – Ce a 25ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH, presidida pelo Presidente Dr. Hypérides Pereira de Macêdo, que iniciou manifestando as boas vindas a todos os presentes. Sendo informado pelo Secretário Executivo que havia quorum suficiente, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior, lembrando que a mesma foi enviada pela Secretaria Executiva com antecedência. Não havendo nenhuma observação, a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, fez a leitura do expediente: - 4.1- Posse dos conselheiros para o biênio 2001/2003, 4.2- Aprovação da minuta do decreto de criação de comitês de bacias hidrográficas, 4.3- Análise e discussão da situação de liberação de água do açude Nova Floresta; e deu posse aos novos conselheiros solicitando que fosse lido o ato do Senhor Governador nomeando os novos conselheiros para o biênio 2001/2002, o que foi feito pelo Secretário Executivo. Antes de abrir a discussão do assunto seguinte em pauta 4.2, o Presidente deu informe de sua participação no Encontro Nacional Latino Americano de Água realizado recentemente em Santiago do Chile, no qual participou das discussões de temas, como as formas de mercado de água, políticas tarifárias, modalidades de outorgas, transferência de água na introdução da política de irrigação e outros instrumentos importantes na política de água em todo mundo. Observou que o Ceará é um estado sem tradição na política de água, por ficar subordinado ao processo histórico tradicional local que envolve a política do clientelismo das oligarquias ligada ao processo de posse da terra; mas mesmo assim acredita que estamos no caminho certo, abrindo discussões cautelosas mas determinadas. Concluiu convocando os senhores conselheiros a uma reflexão para enriquecer as pautas seguintes com discussões que envolvam temas como: o valor econômico da água levando em conta a nossa realidade com justiça social. A palavra foi dada ao secretário executivo Antônio Martins da Costa que reforçou as colocações do Presidente dando ênfase a criação de mecanismos de realocação de água em condições de escassez como ocorre neste ano e finalizou afirmando que a discussão merece ser feita com a maior urgência para podermos enfrentar esta situação que é para nós permanente. Prosseguindo com a palavra já dentro da discussão do item 4.2, fez uma retrospectiva de como se originou a necessidade de se fazer a regulamentação da criação de comitês de bacias, uma vez que vinha ocorrendo diferenciações entre comitês. Através de uma resolução do CONERH foi aberto a discussão envolvendo a participação de membros de Comitês e de representantes das comissões de usuários pró-comitês e conselheiros indicados pelo CONERH, onde todos os envolvidos participaram na elaboração da minuta que foi encaminhada com antecedência a todos os senhores conselheiros para apresentarem sugestões. Lúcia de Fátima Araújo, representante – ABES, levantou uma questão relacionada com inciso IV do art. 6º. Houve algumas intervenções ficando acordado que a redação

deveria ficar de conformidade com a resolução nº 12/2000 do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos. Continuando a discussão, Carlos Magno representante do CBH Curú questionou o inciso XIII do art. 6º das atribuições do comitê para propor a inclusão no currículo escolar de matérias ambientais. Contribuindo com a discussão, a conselheira Lúcia Teixeira representante da PGE explicou que tal matéria já vem incluída no currículo conforme a Lei Nacional de Diretrizes de Bases, ficando como consenso que o comitê deveria se articular e propor que fosse adaptado nos currículos questões ambientais relacionadas com recursos hídricos locais. Outros pontos foram discutidos e amadurecidos como forma de esclarecimento por vários conselheiros e representantes de comitês e outros presentes sem contudo fosse necessário qualquer mudança, ficando aprovado o projeto da minuta por unanimidade. Passando para o item 4.3, análise e discussão de liberação de água do açude Nova Floresta, o Presidente abriu um parêntese para informar da licitação em andamento da obra “Eixo de Integração Orós/Feiticeiro”, onde será desviado 1,5m³ de água do Orós no primeiro módulo, para suprir parte da região chegando ao açude Feiticeiro e que poderia ser estudado a viabilidade de um trecho complementar para Nova Floresta. Por necessidade de atender compromissos agendados, o Presidente precisou se ausentar da reunião, fazendo antes, uma proposta para que se aprovasse o relatório técnico recomendado pela COGERH que juntamente com a SRH vem fazendo um grande esforço para que o açude volte a operar, beneficiando assim a comunidade de Nova Floresta, visto que esta, vem trabalhando uma solução ,mais compacta para essa região no futuro bem próximo. Com a palavra o Secretário Executivo fez um breve histórico da escassez de água na região em função dos invernos irregulares que ocasionavam a diminuição da reserva de água no açude em questão. A Secretaria dos Recursos Hídricos e a COGERH tem realizado, nesses últimos anos várias reuniões envolvendo todos os setores que utilizam água como, pescadores, pecuaristas de jusantes, vazanteiros, mostrando através de simulação periódica de operação no reservatório, alocando água para atender a todos os usos sem risco de um colapso para o abastecimento humano e animal. Ocorre no entanto, uma forte resistência das pessoas envolvidas; algumas por não assimilarem o processo técnico de simulação aplicado pela COGERH, outros por questões meramente política local. A palavra foi dada aos técnicos da COGERH que repassaram para os senhores Conselheiros o relatório técnico com os métodos de simulação possíveis para liberação de água para atender todos os usuários sem contudo por em risco o abastecimento humano e animal. Vários questionamentos foram expostos ficando decidido que no próximo ano fosse feito a liberação de água do açude Oco do Arara para Nova Floresta como forma de compensação. Em seguida foi aprovado o relatório técnico apresentado pela COGERH. Eu Antonio Martins da Costa, Secretário Executivo do CONERH, lavrei a presente ATA que depois de lida e achada conforme vai assinada por todos. Fortaleza, 18 de março de 2002.

HYPÉRIDES PEREIRA DE MACEDO

Ramon Flávio Gomes Rodrigues

MARIA LÚCIA DE CASTRO TEIXEIRA

Anastácio Jorge Matos de Sousa Marinho

JOAQUIM MANOEL DE ARRUDA

André Leitão Mavignier

WELLINGTON MONTEIRO FEIJÓ

Tereza Angélica Pinheiro Maia

VICENTE DE PAULA BARBOSA P. VIEIRA

Nilson Bezerra Campos

FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR

Maria Izelda Rocha Almeida

ERNESTO DA SILVA PITOMBEIRA

Marco Aurélio Holanda de Castro

TEREZA MÔNICA E. DE CARVALHO

Antônio Harildes Oliveira Martins

RAIMUNDO WEBER DE ARAÚJO

Francisco Júnior Lopes Tavares

JOÃO MARCOS MAIA

Francisco Bergson Parente Fernandes

LÚCIA DE FÁTIMA PEREIRA ARAÚJO

Raimundo Bemvindo Gomes

TOMAZ ANTÔNIO BRANDÃO

Pedro Augusto Timbó

ACÚRCIO ALENCAR ARAÚJO FILHO

Francisco Alves de Souza

ANTÔNIO MARTINS DA COSTA

Vânia Maria Simões R. Teixeira

GERMANA DE MATTOS BRITO GÓES GIGLIO

José Bomfim Frota Silveira
